

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
  - 1.1 – Plenário
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

## **ORDEM DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/3/2021**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 73/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao coordenador da Defesa Civil Estadual pedido de informações sobre as áreas de risco no Município de Congonhas e região, em função da existência de barragens de rejeitos de mineração. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 101/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma para início da reforma e reabertura da Unidade II da Escola Estadual Governador Milton Campos, conhecida como Colégio Estadual Central, localizada na região Centro-Sul de Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 185/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre todos os bombeiros militares sob seu comando escalados para atuarem nas atividades de resgate das vítimas do rompimento de uma das barragens da Mina Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, consubstanciadas em lista com seus nomes completos e respectivos postos e graduações, a fim de subsidiar os debates acerca dessa tragédia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 375/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas na relação das empresas que estão devidamente cadastradas para a prestação de serviços de consultoria para mineradoras e emitem certificados que atestam a estabilidade e segurança de barragens de rejeitos que estão instaladas no Estado, especificando o nome dessas empresas, para quais mineradoras prestam serviços e para quais barragens de rejeitos emitiram laudos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 537/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – pedido de informações consubstanciadas em estudos elaborados para a concessão de outorga de uso de água à AVG Empreendimentos Minerários para mineração na Serra da Piedade, em especial, o hidrogeológico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 662/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – pedido de informações sobre o cumprimento das metas de trabalho da referida autarquia durante o atual período de greve de seus servidores públicos e também sobre o noticiado adoecimento desses servidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.620/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao subsecretário da Receita Estadual da Secretaria de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na lista de nomes de todas as empresas concessionárias de transporte urbano no Estado que foram beneficiadas com a redução da base de cálculo na saída de óleo diesel prevista no Decreto nº 47.684/2019 e na comprovação de cumprimento das condições impostas por essas empresas, conforme previsto no § 2º do art. 627 do Anexo IX do Regulamento do ICMS. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.802/2020, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre o cronograma de execução de obras do sistema de abastecimento de água e dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, bem como sobre a previsão de conclusão das obras referentes ao contrato de concessão celebrado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e o Município de Ibitiré. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.946/2020, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas nas planilhas, apresentadas pela empresa Transcotta a essa secretaria, que embasaram a Resolução nº 027/2019, permitindo o aumento de 8,897% no valor das tarifas das linhas Mariana-Ouro Preto, Mariana-Antônio Pereira e Mariana-Saramenha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 6.882/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de plano estadual de imunização contra a covid-19 que atue de forma complementar ao Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, bem como sobre o planejamento da secretaria

para imunizar a população mineira contra a covid-19 quando houver vacinas registradas e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.244/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o papel da pasta que preside na coordenação do Plano Estadual de Imunização e sobre os critérios adotados para a distribuição das doses de vacina contra a covid-19, tendo em vista o agravamento no Estado da pandemia que levou a novo fechamento do comércio em Belo Horizonte e a retomada da onda vermelha em quase todas as regiões, bem como o pequeno número de doses da vacina disponíveis, insuficiente até mesmo para o grupo prioritário de trabalhadores da saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.270/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Ezequiel Dias e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de fabricação da vacina contra a covid-19 pela Funed, se há algum projeto em andamento para que isso ocorra imediatamente e, em caso positivo, se já existe o levantamento dos custos para sua execução e se o Estado fará a captação de doações de recursos de empresas privadas para apoio à produção da vacina, como foi feito para o hospital de campanha instalado em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 24/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.745, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 10 de março de 2021, destinada a obter informações sobre a gestão e a atuação da Secretaria de Estado de Saúde no combate à pandemia de covid-19.

Palácio da Inconfidência, 9 de março de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.244/2021

## Mesa da Assembleia

## Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Cristiano Silveira requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o papel da Pasta na coordenação do Plano Estadual de Imunização e sobre os critérios adotados para a distribuição das doses de vacina contra a Covid-19, tendo em vista o agravamento no Estado da pandemia que levou a novo fechamento do comércio em Belo Horizonte e a retomada da onda vermelha em quase todas as regiões, bem como o pequeno número de doses da vacina disponíveis, insuficiente até mesmo para o grupo prioritário de trabalhadores da saúde, ressaltando-se que, pelo princípio da transparência, cada município deve ser informado sobre o número de doses que receberá.

Após sua publicação no *Diário do Legislativo*, em 4/2/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

## Fundamentação

A proposição busca obter informações mais específicas e detalhadas sobre como se procederá à vacinação no Estado, solicitando esclarecimentos sobre: critérios adotados pela Secretaria de Estado de Saúde – SES – para a distribuição das doses de vacina contra a Covid-19; papel da SES na coordenação do Plano Estadual de Imunização; responsabilidade pela aplicação da vacina – se é do Estado ou se é exclusiva dos municípios; critérios para estabelecer os quantitativos enviados para cada município; controle, pelo Estado, de quem já foi imunizado nos municípios; mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento do Plano de Imunização; orientações dadas aos gestores do município para distribuição do imunizante recebido; e que profissionais da saúde serão priorizados.

No intuito de garantir o princípio da transparência na administração pública e de assegurar a eficiência do plano de imunização, parece-nos fundamental que o Estado informe com exatidão o destino das doses de vacinas em cada município mineiro. Entendemos que as informações solicitadas no requerimento em análise contribuem para que a população mineira se inteire sobre as medidas tomadas pelo Estado para que as vacinas contra Covid-19 cheguem a toda a população, bem como sobre a implementação do Plano Estadual de Imunização e sobre os critérios adotados para a distribuição das doses de vacina contra a Covid-19. Além disso, consideramos essas informações imprescindíveis para que esta Casa possa acompanhar as políticas públicas de saúde e fiscalizar os atos do Poder Executivo, que deve prestar informações precisas e transparentes ao povo mineiro.

O pedido de informações do Poder Legislativo a secretário de Estado integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública, conforme o § 2º do art. 54 e o inciso II do § 1º do art. 73 da Constituição Estadual. Além disso, segundo a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do Regimento Interno, a Mesa da Assembleia admitirá pedido de informações quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, caso em que se enquadra a proposição em análise.

## Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.244/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de março de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.270/2021****Mesa da Assembleia****Relatório**

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Mauro Tramonte requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed – e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de fabricação da vacina contra a Covid -19 pela Funed, bem como se há algum projeto em andamento para que isso ocorra imediatamente e, em caso positivo, se já existe o levantamento dos custos para sua execução e se o Estado fará a captação de doações de recursos de empresas privadas para apoio à produção da vacina, como foi feito para o hospital de campanha instalado em Belo Horizonte.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 4/2/2021 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O requerimento em exame solicita que seja encaminhado à Fundação Ezequiel Dias – Funed – e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de o Estado fabricar a vacina contra a Covid-19 e se há algum projeto em andamento com esse objetivo. Em caso afirmativo, solicita informações sobre os custos para sua execução e se haverá captação de recursos de empresas privadas para apoiar a produção.

A Funed é vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES – e compõe o sistema de saúde pública de Minas Gerais. A instituição é um importante instituto de ciência e tecnologia do Estado e sedia o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado – Lacen-MG –, composto por 42 laboratórios que realizam análises e exames de última geração para as vigilâncias sanitária, epidemiológica, ambiental e de saúde do trabalhador.

Recentemente vários veículos de comunicação do Estado divulgaram notícias questionando a possibilidade de a instituição produzir e envasar vacinas contra a Covid-19, como tem acontecido no Instituto Butantan e na Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com instituições estrangeiras. Em uma dessas notícias, o presidente da Sociedade Brasileira de Virologia teria afirmado que a Funed dispõe de infraestrutura para produzir vacinas, mas que falta mão de obra.

Segundo consta no *site* da Funed, a Fundação conta com uma estrutura tecnológica de alta complexidade, com equipamentos modernos e recursos humanos experientes e qualificados. Dessa forma, a instituição estaria habilitada para executar projetos de fabricação de vacinas, em parceria com outras instituições.

Entendemos que a informação solicitada é adequada e pertinente ao exercício das atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente definidas para o Parlamento, pelo que reconhecemos justificável a apresentação do requerimento em análise.

Quanto à legitimidade da iniciativa, segundo a Constituição do Estado, em seu art. 54, parágrafos 2º e 3º, a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido escrito de informação a secretário de Estado e a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam em crime de responsabilidade. A Mesa também pode enviar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta e, nesse caso, a recusa ou o não atendimento da solicitação importam em infração administrativa, sujeita a responsabilização.

A proposição também encontra respaldo no inciso III do art. 46 do Regimento Interno desta Casa, que assegura ao parlamentar o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Além disso, segundo a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 do mesmo regimento, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, caso em que se enquadra a proposição em análise.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.270/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de março de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

**REQUERIMENTO Nº 4.506/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações para que informe o gasto previsto para a finalização das 95 obras das Unidades Básicas de Saúde que estão abandonadas em Minas Gerais, conforme publicação do Jornal O Tempo, bem como o prazo para a conclusão e entrega destes postos de saúde aos cidadãos mineiros.

Sala das Reuniões, 16 de dezembro de 2019.

Delegada Sheila (PSL)

**Justificação:** De acordo com reportagem do Jornal O Tempo publicada em 16/12/2019, 95 obras de Unidades Básicas de Saúde estão abandonadas no estado de Minas Gerais, sendo que apenas 66 das 174 unidades previstas em resoluções publicadas em 2012/2013 tiveram construções concluídas.

É preocupante a quantidade de obras paralisadas enquanto os postos de saúde em funcionamento no estado estão lotados e a população clama por socorro quando o assunto é a saúde pública.

Ante o exposto, solicito o apoio dos Nobres Colegas integrantes desta Casa Legislativa para a aprovação e encaminhamento do presente pedido de informações à Secretaria de Estado de Saúde (SES) para que informe o gasto previsto para a finalização destas obras, bem como o prazo para a conclusão e entrega das Unidades Básicas de Saúde aos cidadãos mineiros.

**REQUERIMENTO Nº 6.060/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que envie cópia integral do inquérito policial vinculado ao Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO nº 2020-040-001938-007-009695497-97, sobre o caso dos cães que foram agredidos com um facão em episódio de maus-tratos a animais na cidade de Araxá, resultando na decisão de não indiciamento do principal acusado de prática do crime.

Sala das Reuniões, 28 de julho de 2020.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

\* – Publicado na forma aprovada em 9/3/2021, com a Emenda nº 1.

**REQUERIMENTO Nº 6.304/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Delegado Heli Grilo, Gustavo Santana e João Leite aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/9/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre o déficit atual da totalidade dos servidores da PMMG.

Por oportuno, informa que a 12ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater o déficit de efetivo nas instituições que compõem a Segurança Pública do Estado, tendo em vista, especialmente, os dados apresentados no último ciclo do Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**REQUERIMENTO Nº 6.311/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Andréia de Jesus requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre: 1) o programa de investimentos de ambas as companhias para o exercício de 2019, contendo o detalhamento da carteira de projetos e ações executados e não executados, consubstanciado em planilhas referentes aos investimentos em implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em implantação de extensão de redes e em combate a perdas; 2) a despesa orçamentária executada no exercício de 2020, para ambas as companhias, segregada por ação orçamentária até o nível de elemento de despesa; 3) parecer sobre os potenciais efeitos jurídicos a que estarão submetidos os municípios que detenham relações contratuais ativas com a Copasa ou a Copanor, diante do processo de desestatização das companhias; 4) o inteiro teor dos documentos técnicos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – relativamente aos estudos, prévios ou definitivos, de estruturação e implementação do processo de desestatização das companhias; e 5) informações consubstanciadas em planilhas relativas à projeção de custos de implantação do referido processo de desestatização.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 9/3/2021.

**REQUERIMENTO Nº 6.392/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre quais linhas do sistema de transporte intermunicipal estão operando com contratos precários (sem licitação prévia); quais as razões de o coeficiente tarifário das linhas intermunicipais ser significativamente superior ao das linhas interestaduais, gerando grandes tarifas aos usuários mesmo em trechos de quilometragem menor; quais os motivos de não haver concorrência entre empresas operadoras, pelo menos nas linhas de maior demanda, o que poderia significar uma melhor prestação de serviços e até tarifas mais reduzidas; quais as razões técnicas e legais que permitem que os veículos do transporte intermunicipal possam circular com até 18 anos de idade; quais os motivos por que se tem permitido a renovação da frota do transporte metropolitano por veículos usados, provenientes de outros sistemas, em prejuízo dos passageiros; e quais os benefícios tributários a que fazem jus as empresas responsáveis pelo transporte intermunicipal e metropolitano.

Sala das Reuniões, 1º de outubro de 2020.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.414/2020\***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de atendimentos obstétricos realizados pelo Hospital Municipal de Januária, ano a ano, no período de 2015 a 2020.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 9/3/2021.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.505/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Coronel Henrique aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as ações desenvolvidas no Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, desde que a pasta assumiu a gestão do equipamento esportivo em questão.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a determinação, apresentada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e pela Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, de desocupação, pelas federações e instituições esportivas do Estado, das salas do Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, destinadas, há várias décadas, a sediar essas importantes entidades esportivas de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.515/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações acerca do número estimado de alunos que ingressarão na rede estadual de ensino em 2021 bem como da existência ou não de déficit de vagas na rede estadual de ensino para o próximo ano letivo.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.813/2020**

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 75/2020, apresentada por Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araujo, do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações e serviços desenvolvidos no âmbito da Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT – para garantir a integralidade da saúde dessa população em todos os níveis de atenção, identificando ainda os territórios abrangidos por essas ações e serviços.



Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/3/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Francisca Lilian Macena Ribeiro, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

exonerando Isabela Tayrine Pinto, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

exonerando Luiz Augusto Ribeiro e Souza, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

exonerando Samuel Clever Tavares Simim, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Alexandre Magno Martins Pacheco, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Anderson Silva Ribeiro, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Barbara Lorena de Paulo Siqueira Alves, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Brenda Lowriene Alves Pereira de Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Clea Amorim de Araújo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Decanor Nunes do Santos, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Dilma Mariano Menezes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Frederico José de Araujo, padrão VL-32, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Gerson Lobo Neiva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Hudson Botelho de Assis, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Isabel Cristina de Lima Lisbôa, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Ivo Leandro Ferreira Caminhas, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Izabella Mairink Rizzo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Jose Henrique de Sousa, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Keitymara Martins Gomes, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Letícia Guimarães Geissler Prince, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Luciana Pereira de Carvalho, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

nomeando Lucio Carlos Chimicatti Filho, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

nomeando Luiz Augusto Ribeiro e Souza, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas São Muitas;

nomeando Maria Eduarda Duca Costa Mattos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Sou Minas Gerais, vice-líder deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Nádia Viviana Rocha Rodrigues, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Patrícia Nassavala Ramos de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Robson Soares de Almeida, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Romíria de Castro Araújo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Sandro Lucio de Souza Coelho, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Sebastião da Silva Soares, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Sheila Cristina de Jesus, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Silvana Reis Thomaz Simões, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Silvio Braz da Silva, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Simeão Celso de Oliveira, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Sued Kennedy Parrela Botelho, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha.

### **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 021/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecno 2000 Indústria e Comércio Ltda. Objeto: armários suspensos. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4.4.90 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 052/2020, do Tribunal de Justiça do Piauí, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 006/2020.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 8/2021**

##### **Número no Siad: 9270179/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecno Temp Comércio Instalação e Manutenção Ltda. – EPP. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização de expansão direta tipo Sistema VRF, incluindo eventuais remoções e desmontagens necessárias. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 079/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.4.4.90 (10.1).

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 12/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unident Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729.4239-3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 15/2021**

##### **Número no Siad: 9223986/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: C & C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral Eireli ME. Objeto: prestação de serviços de jardinagem nas áreas verdes da Praça Carlos Chagas.

Objeto do aditamento: revisão de preços em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano intermunicipal e da Convenção Coletiva do Trabalho nº 2021/2021. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos financeiros retroativos a 1º/1/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/3/2021, na pág. 33, onde se lê:

“Cleber Aparecido Azevedo”, leia-se:

“Clever Aparecido Azevedo”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/3/2021, na pág. 28, onde se lê:

“Marilene Alves Durães”, leia-se:

“Marilene Alves Durães Pereira”.

E, onde se lê:

“Thayssa Camargos Santos”, leia-se:

“Thayssa Camargos Santos Silva”.